

CRISE ECONÔMICA, DESMONTE DO ESTADO E IMPASSE POLÍTICO EM MINAS GERAIS

O Nesp apresenta, neste mês de março, o mais novo número de **Contextus**, no qual são oferecidas duas leituras sobre os desafios enfrentados nos três primeiros meses deste ano de 2020.

Parece claro que nenhuma análise sobre esse período pode ignorar os impactos ainda bastante nebulosos – mas igualmente ameaçadores – da pandemia global de Covid-19. As projeções de perdas econômicas são grandes. As perdas humanas, no entanto, estas sim são verdadeiramente impossíveis de se quantificar. Com exceção do decrescente número de negacionistas atropelados pela própria realidade, é praticamente consenso que se caminha para uma conjuntura pós-crise muito diversa da que existia até há poucos dias.

O foco desta edição de **Contextus** é o estado de Minas Gerais. Quando a pandemia chegou, o cenário político mineiro já estava em escombros. Aqui este primeiro trimestre foi tomado pela disputa de forças entre os Poderes Executivo e Legislativo. Trata-se de uma contenda deflagrada pela concessão de reajuste salarial às forças públicas de segurança e que revelou muito sobre os projetos de Estado e de Sociedade que estão em disputa em Minas.

Na segunda parte do texto, o Nesp conta com a contribuição de Eulália Alvarenga que produziu, especialmente para esta edição, um artigo no qual analisa o caminho que vem sendo percorrido há vários anos na gestão da dívida de Minas Gerais com a União até chegar ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Este vem sendo encampado pelos governos federal e estadual como única e última saída possível para a crise mineira.

Eulália Alvarenga é economista, especialista em Direito Tributário e em Gestão Pública. Tem se destacado junto aos movimentos sociais e sindical, aportando ao debate político a experiência que acumulou em anos de trabalho como auditora fiscal de tributos. O Nesp se serve desta oportunidade para, publicamente, agradecer à autora por sua inestimável contribuição.

PANDEMIA DE COVID-19 AGRAVA CENÁRIO SOCIAL E ECONÔMICO

Em uma entrevista concedida pelo governador Romeu Zema (Novo) há pouco menos de um ano, quando haviam decorrido os primeiros cem dias de mandato, perguntaram-lhe se ele se arrependera de candidatar-se ao cargo que ora ocupa. Na ocasião Zema disse haver encontrado, no setor público, mais facilidades do que costumava ter em suas empresas. E conclui: "tenho dormido melhor do que quando era empresário". (G1, 08 abr. 2019).

Se é verdade que a máquina pública é mais estruturada e opera com uma maior divisão de tarefas, como constatava então o governador, também é evidente que os problemas com que o gestor público tem de lidar são mais complexos, mais graves e costumam ter repercussões nem sempre previsíveis. O segundo ano de mandato já vai avançado. Está se encerrando o primeiro trimestre de um ano que, do ponto de vista da gestão pública, será encurtado pela proximidade das eleições municipais que criam limites operacionais para os governantes.

Mais importante ainda: o início de 2020 apresenta desafios de várias ordens. A pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, levou a quedas recordes em bolsas de valores e ao risco de desmonte de mercados em vários países. Além disso, uma guerra de preços do petróleo entre Arábia Saudita e Rússia segue em curso e contribui para o cenário de recessão. Não está descartado que se venha a ter uma depressão (ou seja, um longo período de crise e recessões sucessivas), como a que ocorreu em 1929.

Internamente no país, os problemas não são menores, acrescido o fato de que o receituário de "austeridade fiscal" empregado pelo governo federal não tem entregado o resultado prometido. Um dos mais expressivos indicadores desse fato foi o anúncio de um crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2019, de apenas 1,1%.

Isso se completa pelo desmonte das políticas públicas de caráter social que vem sendo conduzido pelo atual governo, ancorando-se na suposição de que a redução dos investimentos públicos (entendidos pela equipe econômica como "custos") é o remédio para os males da economia nacional.

Até mesmo diante da iminência de uma calamidade pública sanitária como a pandemia de Covid-19, o governo demorou a propor medidas anticíclicas que, ao injetar dinheiro na economia, fossem capazes de evitar a ruína de pessoas físicas e jurídicas. Depois que as medidas foram finalmente anunciadas pelo governo federal, o dinheiro não está chegando a quem dele necessita. Já avançando para o fim de março, ainda tem sido comum a reclamação de correntistas que, mesmo preenchendo os requisitos, não conseguem ter acesso à suspensão temporária do pagamento de suas dívidas. Há notícias de que, nas agências, gerentes de bancos desconhecem a ação e os canais de atendimento não estariam funcionando para obtenção desse tipo de serviço.

Além disso, pequenos e médios empresários terão dificuldades para conseguir a ajuda prometida. Dos R\$ 145 bilhões que foram prometidos a empresas, apenas R\$ 22 bilhões se destinam às médias e pequenas. Mesmo os bancos públicos continuam a pedir garantias e histórico de bom pagador. São exigências que grandes empresas conseguem atender, mas os negócios menores implicam maiores riscos e tendem a enfrentar restrições ao crédito.

Acontece que são os menores empreendimentos os mais vulneráveis aos efeitos da paralisação econômica. Os bancos adotaram medidas para, pelo menos aparentemente, cumprir as determinações do governo. No entanto, uma frase proferida pelo presidente de um dos bancos públicos, demonstra o espírito com que tais medidas estão sendo tratadas: “somos um banco social, mas somos um banco”. (Folha de São Paulo, 22 mar. 2020).

Sem um programa consistente de transferência de renda para os mais pobres e que socorra os pequenos negociantes, há risco de a sociedade e, com ela, a economia nacional caminharem para a ruína. Em todo o país, quase 40 milhões de pessoas dependem de ocupações informais, boa parte delas tende a ver interrompida sua possibilidade de gerar renda e sustento para suas famílias.

No momento em que este texto está sendo produzido, paira uma incógnita quanto ao futuro do país. Não há certeza de que as medidas econômicas propostas pelo governo serão suficientes para conter um dano que, em todo o Globo, parece inevitável.

CALAMIDADE PÚBLICA ENCONTRA ESTADO DE MINAS JÁ FRAGILIZADO

Em meio a uma das maiores crises de sua história e que foi agravada pelos fatores mencionados anteriormente, o estado de Minas Gerais está paralisado. A arrecadação fiscal tem permitido apenas que a máquina pública continue se mantendo, mas o governo está impossibilitado de propor iniciativas novas, que não se reduzam a contenção de danos.

As informações publicadas na mídia local dão conta de que, excluído o mês de dezembro, no ano de 2019, a arrecadação de tributos ficou 2,5% acima da inflação em Minas Gerais, comparada ao mesmo período no ano precedente. Segundo os mesmos dados, teria havido um crescimento de 4,3% na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Esse resultado foi benéfico, mas tende a não se repetir em 2020. A recessão, já dada como certa por causa da calamidade pública do coronavírus, pode render uma arrecadação drasticamente menor. Com a chegada da pandemia, o estado espera arrecadar R\$ 2,5 bilhões a menos, ao mesmo tempo em que, provavelmente, verá aumentar exponencialmente os gastos com saúde e outras ações de combate à doença.

O fato é que a máquina pública já estava inerte antes mesmo da calamidade advinda com a Covid-19. A paralisia não é apenas administrativa; ela tem também uma face política. Observa-se que, diferentemente de boa parte dos estados brasileiros, aqui não houve avanço nem mesmo nas pautas mais condizentes ao modelo socioeconômico defendido pelo governo, como a reforma da previdência estadual.

Dado o quadro que encontrou ao assumir o mandato, no ano de 2019, o governo Zema se dedicou a encontrar saídas para a crise financeira. Demandas sempre crescentes, políticas públicas em frangalhos e arrecadação limitada, o governo pendeu para o corte de gastos como saída. Tal atitude, isolada, tem sido vista como excessivamente ortodoxa e lhe valeu várias críticas. Restringiram-se gastos que alguns analistas julgaram relativamente pouco significativos; também se fizeram cortes importantes em políticas públicas de saúde, de educação, de cultura e outras ações que conformam serviços prestados pelo Estado à sociedade.

Por outro lado, o governo ampliou a política de renúncias fiscais em benefício de empresas. Apenas em 2019, o “governo de Minas Gerais abriu mão de R\$ 6,2 bilhões em impostos”, como anuncia uma matéria do jornal **Estado de Minas** (12 dez. 2019): “renúncia fiscal cresceu 27% em relação a 2018 e totaliza um valor maior do que o estado espera receber com o leilão do nióbio para conseguir pagar os salários dos servidores”.

De acordo com o referido jornal, essa é uma prática de governo difundida nas Unidades da Federação. Entre os estados do Sudeste, Minas Gerais é o que apresentou o menor percentual de renúncia de ICMS (10,6%).

No entanto, outras análises enfatizam a contradição presente no discurso de austeridade que reduz serviços ao cidadão, ao mesmo tempo em que deixa de cobrar impostos de empresas. Alegam que, embora eventualmente essa possa ser uma medida necessária, não estão claros quais são os ganhos auferidos pelo estado com essa medida. Supondo-se que os segmentos privilegiados com a dedução nos impostos devidos tivessem efetiva relevância econômica, a pergunta a ser feita seria, então, que tipo de benefício a sociedade receberá objetivamente em retribuição a essa renúncia fiscal do estado.

Entre os movimentos sociais e populares, a notícia de corte de gastos em políticas públicas e, por outro lado, a informação de que o governo está abrindo mão de recursos que beneficiam empresas foram lidas como se os mais pobres – que mais necessitam do amparo dos serviços do estado – estivessem sendo preteridos em favor de empresários. A leitura que se fez é a de que as escolhas do governo estariam estreitamente ligadas às convicções ideológicas e conceituais que sustentam a visão de mundo e a compreensão da sociedade que lhe são características.

Seja por escolha ou por não haver encontrado alternativa, o fato é que o governo adiou as pautas de proposição de políticas públicas e intervenção positiva na economia para este ano de 2020. Contava-

se com alguma possibilidade de recuperação econômica no país. Agora, com o impacto da Covid-19, tudo está em suspenso e os prognósticos são piores do que qualquer projeção feita no ano passado.

CONCESSÃO DE REAJUSTE A SERVIDORES DA SEGURANÇA CRIA CAOS POLÍTICO

Já chegando ao final de março, o governo permanece refém de uma pauta que ele mesmo criou ao negociar um reajuste salarial apenas para uma parte do funcionalismo. A correção de 41,7% concedida aos servidores da segurança pública no estado aprisionou o governo em uma armadilha da qual dificilmente encontraria saída sem desgastes. A emergência do coronavírus deixou apenas em suspenso o problema criado pelo acordo malsucedido que ainda poderá assombrar o governo por muito tempo.

Dias antes de o país mergulhar no isolamento social com vistas a conter a transmissão da doença, o governo viveu o auge da crise política ao vetar parcialmente o projeto de lei que ele mesmo havia enviado ao Legislativo. Naquele momento, até mesmo alguns de seus aliados mais importantes começaram a afirmar que o governo Zema havia acabado.

Desde a apresentação do Projeto de Lei 1451/2020, no início de fevereiro, a Assembleia Legislativa focou seus trabalhos na tramitação dessa medida. Duas semanas depois, o projeto já havia sido aprovado com a adição de emendas que ampliavam para mais treze categorias dos servidores públicos (educação, saúde, universidades estaduais, administração e outras áreas) a recomposição de perdas inflacionárias que o Executivo pretendia conceder apenas para a segurança pública.

O setor da educação teria uma correção de 31% até 2022. Para outros segmentos, o reajuste variaria, chegando ao máximo de 28,82%. O percentual dado às demais categorias era, portanto, mais baixo do que o originalmente prometido pelo governo para a área da segurança.

Seja como for, não estava claro de que maneira o estado viria a arcar com esse incremento da despesa salarial. O custo estimado do reajuste concedido aos servidores da segurança seria de R\$ 9 bilhões em três anos. Expandido para os demais servidores beneficiados pela emenda parlamentar, o impacto seria próximo de R\$ 20 bilhões.

De acordo com o governo, haveria viabilidade financeira para pagar o reajuste, se este fosse limitado aos servidores da segurança. Os recursos para a nova despesa viriam, então, dos cortes propiciados pela adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), da economia feita com a reforma da previdência estadual, e da venda da Codemig.

Isso implicaria que, ao invés de sanear as contas e cobrir o rombo atual, o governo usaria para custear despesas novas o dinheiro conquistado graças a severos cortes que viriam a ser impostos aos cidadãos. Para arcar com o aumento de salários em mais de quarenta por cento para uma única categoria do funcionalismo, a população mineira sofreria com restrições e cortes nas políticas públicas e assistiria à alienação de uma parte do patrimônio público estadual.

De qualquer modo, mesmo que os cálculos do governo mostrassem haver recursos suficientes para suprir a nova despesa, ainda restaria explicar como os próximos governadores haveriam de continuar pagando por esse aumento de custo. Afinal, nos próximos anos, tal correção, incorporada aos salários, continuará pesando definitivamente no orçamento do estado e – mantida a política em vigor – no futuro já não haverá mais empresas públicas para serem vendidas.

O fato repercutiu na imprensa nacional e a reação foi imediata. Lideranças importantes dos três Poderes, em Brasília, manifestaram contrariedade com a decisão. Aqui em Minas, o próprio partido do governador se opôs frontalmente à nova lei, inclusive ingressando com ação no Supremo Tribunal Federal para impedir que ela fosse aprovada.

Antes do prazo estabelecido, o governador tomou a decisão de vetar parcialmente o projeto de lei de sua autoria acrescido das emendas propostas no Legislativo. Justificou a manutenção parcial do acordo com as forças de segurança, afirmando que esses servidores estavam sem recomposição salarial há mais tempo que as demais categorias. Manteve-se apenas a primeira parcela do reajuste que prevê uma correção salarial de 13% para as forças de segurança neste ano de 2020. Considerou inconstitucional a inclusão das medidas pela Assembleia as quais haviam criado novas despesas para um orçamento já em execução, sem previsão de novas receitas. Por fim, alegou o impacto financeiro e a crise econômica no estado para deixar sem qualquer reajuste as demais categorias de servidores públicos.

Os vetos ainda serão submetidos a votação na Assembleia Legislativa. Sua manutenção depende de 48 votos favoráveis. Se forem derrubados esses vetos, o Executivo pode recorrer à Justiça, alegando, como já dito, a inconstitucionalidade da medida. Portanto, ainda não houve um desfecho para essa polêmica.

Agora, diante da crise provocada pelo coronavírus, a conclusão pode demorar ainda mais para vir. As consequências, porém, já foram bastante danosas para o governo. Sua base de sustentação sofreu abalos; o secretário de governo renunciou ao cargo, obrigando o governador a prover uma substituição com nomes de sua própria legenda; o vice-governador Paulo Brant se desfilou do Partido Novo; e o líder do governo na Assembleia entregou seu cargo.

Além dessas consequências internas, o governador mineiro abriu, simultaneamente, múltiplas frentes de batalha. Desgastou-se com o governo federal e com o Congresso Nacional; expôs-se ao risco de

desfavor diante do Supremo Tribunal Federal, cujas liminares têm dado sobrevida às contas do estado. Indispôs-se também com outros governadores, com seu partido, com sua base na Assembleia Legislativa e com seus próprios aliados, ao desautorizá-los publicamente quando retrocedeu em uma negociação que já havia sido apalavrada. Algumas dessas questões serão discutidas nas próximas seções.

BASE DE APOIO AO GOVERNO NA ASSEMBLEIA FICA ESTREMECIDA

Até chegar à decisão de veto ao projeto que ele próprio criou, o governo foi submetido a pressões das mais diversas instâncias, inclusive daqueles que supostamente seriam seus aliados. O imbróglio não apresentava saída. Todos os grupos interessados pelo desfecho da questão ficaram descontentes.

Começou-se a dizer que o governo Zema havia terminado. Deputados ligados à chamada “bancada da bala” chegaram a dizer que, se não cumprisse o acordo, o governo perderia toda a credibilidade. Também ficou bastante estremeçada a (já frágil e instável) base de sustentação que, apesar do discurso antipolítico de Zema, vem se mantendo na Assembleia.

O governo Zema teve grande dificuldade para consolidar, entre os deputados estaduais, uma base de apoio. Isso se deve, em parte, às reiteradas declarações do próprio governador, de secretários de Estado e até do seu partido (Novo) que tratam as habituais negociações entre os diferentes segmentos sociais e as forças políticas representados na Assembleia Legislativa como práticas da “velha política”.

De modo semelhante ao discurso sustentado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), também Romeu Zema parece enxergar como se fossem idênticos os acordos legítimos e as negociatas que, por vezes, costumam tangenciar a prática de corrupção. Entre os parlamentares, essa confusão é lida como sinal de arrogância e baixa disposição para o diálogo por parte do Executivo.

No início do seu mandato, em 2019, organizaram-se quatro blocos na Assembleia: a base do governo era composta por 22 deputados. Um ano depois, esse bloco se reduziu a 17 parlamentares de cinco partidos (Avante, Novo, PSC, PSDB e Solidariedade). Segue sendo, portanto, a menor base governista nas últimas décadas. Os dissidentes da base passaram a integrar dois blocos que se autodeclaram “independentes”. O outro bloco reúne os deputados da oposição.

Há possibilidades de que esse quadro venha a piorar nos próximos dias, em sequência ao desgastante debate em torno do polêmico reajuste concedido pelo governo aos servidores da segurança pública. Após o veto parcial do governador, que retrocedeu em relação ao que havia sido prometido a esse segmento do funcionalismo, deputados que compõem a base aliada se reuniram para decidir condições de permanência ou até de desembarque do governo.

O anúncio dessa revisão do apoio ao governo por parte dos parlamentares foi publicado em nota do bloco governista. No documento assinado pelo líder do bloco, os deputados da base se ressentem por haverem empenhado esforço para que o aumento de 41,7% fosse aprovado, mas o próprio governador tornou sem efeito toda a negociação ao conceder apenas o reajuste previsto para 2020, reduzindo o aumento a 13%.

Esse fato parece ter gerado uma desilusão entre governistas visto que os deputados da base, supostamente, deram crédito à palavra empenhada pelo governo ao assegurar que teria o recurso necessário para cumprir o acordo originalmente firmado. Ao vetar a nova lei, porém, o mesmo governo passou a dizer que não era mais possível sustentar o acordo. A palavra “decepção” passou a ser proferida por parlamentares ao se referirem a esses fatos.

A queixa reiterada é a de que não existe diálogo do Executivo com os deputados. Estes reclamam de haverem sido apenas informados da decisão tomada no âmbito do governo, sem terem tido qualquer participação na tomada de decisão. Alegam também que nem mesmo as mudanças que vieram em seguida na composição na equipe do governo lhes foi informada e que teriam tomado conhecimento dos fatos por meio da imprensa.

Uma postagem do líder do governo, dá sinais de que mesmo o PSDB começou a rever sua permanência na base aliada. Outras lideranças do partido também manifestaram descontentamentos com a relação mantida pelo governo com a legenda. Uma eventual saída do PSDB teria implicado a perda de outros cinco votos, hoje indispensáveis à sustentação ao governo Zema.

No entanto, também o PSC vinha dando sinais de possível ruptura. Uma saída dessa legenda, que tem três parlamentares, também poderia implicar a dissolução do bloco governista. De acordo com o regulamento da Assembleia, para que um bloco exista formalmente, são necessários ao menos 16 parlamentares. Contudo, como já dito, uma reunião dos partidos aliados diminuiu, ao menos por enquanto, esse risco de debandada.

EXECUTIVO E LEGISLATIVO EM CONFLITO

Durante o processo de negociação do reajuste salarial com o Legislativo, o então secretário de governo, Bilac Pinto (DEM), acabou gerando um conflito adicional com os deputados ao atribuir ao Parlamento e à imprensa a responsabilidade pela crise. O secretário acabou renunciando ao cargo pouco depois e se tornou uma de várias baixas sofridas pelo governo em consequência do conflito que se criou.

Esta não é a primeira vez que o governo Zema responsabiliza por seus insucessos o Legislativo. Diversos analistas chamaram a atenção para a semelhança dessa atitude com o que se vê no governo

Bolsonaro, nas repetidas tentativas de atribuir suas dificuldades internas à imprensa e aos demais Poderes.

Em outros momentos, o Legislativo mineiro já havia sido apontado como culpado. Essa vem sendo uma tática para pressionar os deputados. Na ocasião em que se discutia o atraso nos repasses aos municípios, o Executivo alegou que o problema seria resolvido se os deputados aprovassem a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. A tática de transferência de responsabilidade também foi empregada para justificar o descumprimento da promessa de pagar o 13º salário, por uma suposta demora da Assembleia a aprovar a antecipação dos recebíveis do nióbio.

Os próximos dias haverão de revelar se a indicação de dois quadros do Partido Novo para recompor a equipe do governo responsável pela articulação com o Legislativo surtirá um efeito construtivo ou ainda mais prejudicial. Existe a possibilidade de que o governo esteja em processo de isolamento. Num momento como este, dizem alguns parlamentares, seria preciso lançar pontes – ao invés de construir muros – para não perder a governabilidade.

O reajuste concedido aos servidores da segurança pública tem sido, praticamente, a única pauta da Assembleia Legislativa desde a retomada dos trabalhos no início deste ano. São diversos os assuntos que já deveriam ter sido discutidos no Parlamento estadual, como as modificações na previdência, uma vez que, no plano nacional, a reforma já foi aprovada. Vários estados já definiram seu ajuste, embora tivessem até julho para fazê-lo. Esse tema é polêmico e tende a suscitar resistências.

Tampouco consta estar em andamento qualquer discussão sobre o Plano Mais Brasil, que consiste em um conjunto de medidas apresentadas pelo Ministério da Economia. De acordo com o discurso desse Ministério, tais medidas teriam o objetivo de trazer estabilidade fiscal à União, aos estados e municípios, evitando assim crises cíclicas nas contas públicas. No início de novembro de 2019, três Propostas de Emenda Constitucional (PEC) foram apresentadas pelo Senado (PEC do Pacto Federativo, Emergencial e PEC dos Fundos). Todas elas têm graves implicações para o estado de Minas Gerais, mas sua discussão tem sido ofuscada pelo debate criado em torno do Projeto de Lei do reajuste salarial setorial.

O veto do governador, agora, deve ser apreciado pela Assembleia. Parlamentares que representam as forças de segurança têm trabalhado para a derrubada do veto do governador, chegando a aventar a possibilidade de união com o bloco de oposição com vistas a recusar integralmente o referido veto e recuperar a medida que estende o reajuste salarial a várias outras categorias do serviço público.

Saiba mais sobre o Plano Brasil:

PEC Emergencial (186/2019)

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702>

Pec da Revisão dos Fundos (187/2019)

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139703>

PEC do Pacto Federativo (188/2019)

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139704>

Os quatro blocos parlamentares existentes na Casa aguardam que o Executivo diga claramente quais são as condições para que mesmo o reajuste de 13% possa ser mantido. Diz-se que, em tempos de Covid-19, dificilmente haveria espaço para qualquer aumento de gastos no Estado. Já se ouve falar em uma derrubada completa da lei e a irrestrita suspensão dos aumentos.

PARTIDO DO GOVERNADOR ATUA COMO OPOSIÇÃO

Uma segunda baixa do governo, resultado do desgastante processo de negociação do reajuste às forças de segurança, foi a desfiliação do vice-governador, Paulo Brant, do Partido Novo. Segundo notícia veiculada pelo jornal **O Tempo** (16 mar. 2020), um acordo envolvendo os poderes Executivo, Legislativo (inclusive o e Tribunal de Contas) e Judiciário (Tribunal de Justiça) teria sido negociado como solução para o impasse criado pelo governo Zema ao conceder o reajuste. Consta que, o governador e o vice-governador se licenciariam de seu partido para buscar, num “movimento suprapartidário”, as saídas necessárias para a crise fiscal em que se encontra o estado.

Ainda de acordo com o jornal, por fim, o governador teria sido convencido a não trilhar essa via e tomado as decisões a que se seguiu o estremecimento de sua equipe com algumas defecções. A matéria do jornal já menciona a possibilidade de uma ruptura entre governador e vice-governador, levando este último, Paulo Brant (agora sem partido) a

repetir o gesto do ex-vice-governador Antônio Andrade (MDB) que, ao romper com Fernando Pimentel (PT), passou a despachar na sede do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). (**O Tempo**, 16 mar. 2020).

A recomposição dos quadros responsáveis pela articulação interna e externa com nomes oriundos do seu partido podem indicar um fortalecimento da legenda dentro do governo. Já foi dito acima que os partidos aliados demonstraram essa mesma preocupação. Em tal cenário, o vice-governador viria a experimentar uma perda de espaço político. No entanto, já houve quem considerasse, na imprensa da Capital, a possibilidade de que essa distância é necessária para que o vice-governador venha a renegociar politicamente as saídas para a crise em caso de um eventual afastamento do governador Romeu Zema.

Também o *blog* de análise política **Além do Fato** considerou que a tendência de aproximação entre o governador e seu partido está na contramão do movimento necessário, isto é, o de ampliar o apoio político. Aproximando-se do partido que lhe recusara apoio na hora da crise, a linha adotada para a recomposição de seu governo tenderia, segundo o referido *blog*, a “engessar a gestão política e administrativamente”. E conclui:

Tudo somado, Zema ignora e faz tudo ao contrário do que recomendou o vice-governador Paulo Brant, que, nesta quarta (12 de março), desfilou-se do Novo. Brant argumentou que a legenda tem atrapalhado o governo Zema. De acordo com ele, o Novo prefere zelar pelo programa partidário em vez de apoiar a coalizão política na Assembleia Legislativa. Essa nova base traria, na visão dele, governabilidade e condições de aprovação das reformas pretendidas. (**Além do Fato**, 12 mar. 2020).

A terceira baixa sofrida pelo governo Zema veio dias depois do veto parcial ao Projeto de Lei, quando o deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB) entregou o cargo de líder de governo. Consta que a decisão visava deixar o governador liberado para indicar outro parlamentar mais alinhado com sua visão de governo. O fato é que a relação do PSDB com o governo Zema andou tensa, tal como já enunciado acima.

O PSDB decidiu permanecer na base de apoio do governo, mas não sem desgastes. Circula a informação de que o próximo líder do governo pode ser um deputado do partido do próprio governador. Em se confirmando essa informação, esta seria mais uma evidência que faz pensar no risco de um possível isolamento de Zema, insulado em um partido que não lhe deu apoio em um dos momentos mais críticos de seu governo.

De modo geral, existe um desconforto dos parlamentares em relação ao Partido Novo. Na percepção dos deputados, esse partido teria a atitude de arrogar para si uma posição de isenção, como praticantes de uma “nova política”, enquanto os demais seriam tratados como representantes da “velha política”. O problema é que o partido de Zema mantém esse discurso numa situação de total dependência daqueles que eles nomeiam como “velha política”.

Na imprensa, foram publicadas diversas declarações de parlamentares que caracterizam essa atitude dos novistas como mera “hipocrisia”. Há quem acuse Zema de sobrepor a ideologia política e econômica de seu partido aos interesses do estado em prejuízo da própria governabilidade. Numa nota pública conjunta, os partidos que compõem a base de apoio ao governo demarcaram que nenhuma das legendas, isoladamente, deve estar acima dos interesses do estado. O recado parece direcionado ao Novo.

Após a renúncia do secretário de governo, que era de um partido aliado (DEM), o governador recompôs sua equipe alçando para importantes cargos de articulação política dois nomes tirados de seus próprios quadros partidários. Tal decisão foi vista por parlamentares e por analistas políticos como potencialmente arriscada.

A redução dos custos do Estado é uma das bandeiras mais conhecidas do Partido Novo e a concessão de reajuste contrariava essa convicção. Após a votação do Projeto de Lei pela Assembleia, o partido divulgou uma nota pedindo que o governador não sancionasse a nova lei. A legenda cobrou do governador que demonstrasse coerência com os princípios e valores de seu próprio partido.

Na Assembleia, a bancada do Novo é composta de três deputados. Dois deles votaram contra o projeto do governador, alegando fidelidade a princípios: o combate aos gastos supérfluos e o enxugamento da máquina pública, que compõem a ideologia do Partido Novo.

Além disso, o Partido Novo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar o reajuste. Na ação, solicita que as despesas com servidores aposentados passem a ser computadas como parte da folha de pagamento de pessoal. Se o Supremo atender a essa demanda, muitos municípios e vários estados (e não apenas Minas Gerais) passariam a descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece limites para os gastos públicos com salários. Várias Unidades da Federação têm um gasto com funcionalismo superior ao teto, quando são somadas as despesas com servidores inativos.

PRESSÃO DE GOVERNADORES DE OUTROS ESTADOS

O governo mineiro recebeu críticas também por parte de outros governadores de estado. Estes, por sua vez, começaram a ser pressionados por seus respectivos servidores da segurança que reivindicavam reajustes salariais equivalentes ao concedido em Minas Gerais. O reajuste dado por Zema deixava os demais governadores sem argumento para não conceder aumentos em seus estados.

Afinal, se um estado, reconhecidamente à beira da falência, concede aumento de salários em mais de quarenta por cento, parece natural que, em outras Unidades da Federação, surjam reivindicações semelhantes. De fato, desde a formação do acordo mineiro, movimentos reivindicatórios surgiram em estados do Sudeste (São Paulo e Espírito Santo) e outros no Nordeste.

O caso cearense é aquele em que se chegou a um termo mais extremo. Desde dezembro, vinham ocorrendo movimentos de policiais no estado do Ceará, chegando ao amotinamento durante o mês de fevereiro. Entre os fatos mais notáveis, destaca-se o aumento de 138% das mortes violentas no Ceará durante o conflito. Além disso, um senador da República foi alvejado enquanto tentava, com uma retroescavadeira, romper a cerca do quartel ocupado por manifestantes.

Quase unanimemente a imprensa nacional qualificou essa greve no Ceará como um “motim” ou “levante”. Durante a negociação, a intervenção da Força Nacional de Segurança foi requisitada, num processo cercado de polêmicas, pois o governo federal mostrou ambiguidade, em gestos que foram interpretados como reforço e legitimação aos amotinados.

O risco de se produzir aqui em Minas algo semelhante ao que veio a ocorrer no Ceará pendia sobre o governador. Por essa razão, Zema tem sido acusado de haver cedido a pressões, quando fez o acordo que causou tantos problemas. O nexos de causalidade entre os acontecimentos em Minas e o que poderia se dar nos demais estados foi dado como evidente não apenas na imprensa nacional, mas também pelos demais governadores.

GOVERNO FEDERAL NEGA SOCORRO AO ALIADO MINEIRO

Entre as razões alegadas pelo governo estadual para a vetar parcialmente o acordo feito com os servidores da segurança estão as recentes mudanças no cenário econômico nacional e internacional, ocasionadas, entre outros fatores, pelas já mencionadas pandemia de coronavírus e a guerra de preços do petróleo entre Rússia e Arábia Saudita.

No entanto, a principal razão de o governo assumir o enorme desgaste político decorrente de seu recuo foi a pressão recebida por parte do Ministério da Economia, não obstante o público e assumido vínculo ideológico e político que existe entre ambos os governos. Outras críticas semelhantes vieram do presidente da Câmara dos Deputados, do Tesouro Nacional, da Advocacia Geral da União (AGU), entre outros.

O Ministério da Economia alegou que, em havendo dinheiro disponível, o estado deveria quitar primeiro as suas dívidas bilionárias com a União e só então pensar em reajuste para o funcionalismo. Estava claro que o estado havia perdido os argumentos da crise econômica e da “herança maldita” para justificar sua inadimplência. Do mesmo modo, na hora da necessidade, a afinidade de valores ideológicos havia se reduzido a mera pirotecnia retórica sem qualquer efetiva base real.

O caos financeiro no estado de Minas Gerais só não é completo por causa das liminares que garantem a suspensão do pagamento da dívida e impedem a União de bloquear os repasses de verbas devidas ao estado. Ao longo do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que Minas Gerais vive uma situação de “penúria fiscal”, como já havia sido admitido, em 2015, pelo governador Fernando Pimentel (PT), numa declaração de calamidade financeira.

Em decorrência dessas liminares (decisões provisórias) do STF, o pagamento da dívida do Estado com a União foi suspenso; a União foi obrigada a liberar recursos que haviam sido bloqueados e novos bloqueios foram proibidos. Um fato considerado por um dos ministros como fundamento de sua decisão foi a intenção já então formalizada pelo governo Zema de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Como foi proferida liminarmente, novos fatos poderiam levar a uma revisão dessa medida. Foi esta a principal ameaça feita ao governador: caso o reajuste para o funcionalismo fosse mantido, o governo federal pediria ao Supremo a revogação das referidas liminares. Em tal caso, o estado de Minas teria de pagar imediatamente mais de R\$ 14 bilhões devidos à União. A calamidade financeira seria então inevitável.

O governador e sua equipe econômica tiveram de comparecer em Brasília e dar explicações ao Ministério da Economia sobre sua decisão. Além de ameaçar com a suspensão das liminares que dispensam Minas Gerais de pagar seus débitos, o Ministério da Economia ameaçou impedir o estado de aderir ao

Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A submissão às duras e impopulares regras desse regime é praticamente a única saída que o governo Zema vislumbra para a crise estadual. Se também essa porta lhe fosse fechada, seria, para esse governo, a mais completa calamidade.

RUPTURA DE CONFIANÇA JUNTO AOS SERVIDORES PÚBLICOS

O governo também passou a enfrentar intensa pressão por parte do funcionalismo. O setor da segurança tinha um acordo com o governo. Uma outra parte dos servidores, que se beneficiara com as emendas acrescentadas no Parlamento, aguardava o desfecho do impasse. Mesmo aqueles segmentos do funcionalismo que estavam em greve, poderiam encontrar no reajuste uma resposta (pelo menos parcial) para suas reivindicações. O veto do governador causou frustração generalizada e a expectativa pelo desfecho do caso segue sendo enorme.

Após a publicação do veto, um grupo de servidores da saúde foi à Cidade Administrativa entoando palavras de ordem contrárias ao privilégio dado à segurança pública: “manda a polícia combater o coronavírus”. Entre suas reivindicações estão a recomposição salarial e o pagamento integral do décimo-terceiro salário. Representantes do setor dizem que a mobilização será mantida para acompanhar a apreciação do veto do governador na Assembleia Legislativa. Houve apenas suspensão da greve dos funcionários dos hospitais da rede da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig).

Na área de educação, uma greve já durava mais de um mês no momento em que se impôs o isolamento social para debelar o contágio pelo coronavírus. Além de demandas mais amplas, como a defesa do emprego e da educação pública de qualidade social, os servidores reivindicam o pagamento do piso salarial profissional nacional e a isonomia salarial para todo o funcionalismo estadual.

O veto parcial do governador também tensionou sua relação com os próprios servidores da segurança pública. Chegou a ser anunciado que uma manifestação seria organizada para acompanhar a votação do veto na Assembleia. As restrições de movimentos e aglomerações impostas pelos cuidados com a Covid-19 esvaziaram significativamente essa iniciativa. Naqueles dias, até mesmo uma greve do segmento de segurança vinha sendo mencionada como possível resposta.

Entidades de classe e parlamentares ligados à representação do setor manifestaram surpresa com o veto do governador e alegam que em momento algum a possibilidade de corrigir salários em 13% (ao invés dos 41,7% prometidos) havia sido discutida durante a negociação. Esse percentual corresponderia apenas à primeira de três parcelas a serem aplicadas aos salários do setor até o final do mandato do governador.

A SEGURANÇA E AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

O percentual de reajuste salarial concedido pelo governo mineiro foi unanimemente considerado alto. Mesmo entre aqueles que defendem que uma correção salarial seria justa e necessária, prevaleceu a opinião de que, em comparação ao que outras categorias profissionais em todo o país têm obtido, o percentual concedido estava além do habitual. O mesmo se diz frente ao fato de que – prevalecendo a solução construída pelo governo Zema – as demais categorias de servidores públicos mineiros teriam permanecido sem qualquer reajuste.

Já se discutiu acima alguns dos desdobramentos da escolha de se privilegiar esse específico segmento em relação a outros. No entanto, nos últimos meses, levantou-se também uma discussão política sobre o que tal decisão podia demonstrar sobre a identidade e as prioridades do governo.

O pressuposto fundamental dessa discussão é que, as práticas cotidianas de um governo revelam convicções ideológicas nem sempre assumidas de maneira explícita. As prioridades estabelecidas guardam estreita relação com o ideal de Estado, as concepções de sociedade e o projeto político nutridos por quem, muitas vezes em condições-limite, tem de fazer escolhas duras.

Como dito acima, o governo alega que os servidores da segurança estavam há mais tempo sem reajuste salarial do que as demais categorias. Ao privilegiar os primeiros na concessão do reajuste salarial, reconhece a existência de um arrocho que afeta todos, mas diz que as contas públicas atuais não permitem aplicar correções isonômicas. Não havendo dinheiro para atender a todos, trata-se com prioridade um único setor.

Houve quem suspeitasse de que o governo havia se tornado refém de um segmento que tem um enorme potencial de mobilização. Enfrentar uma greve (ou motim, como tem sido dito) de servidores com porte de arma tem sido o pesadelo a ser evitado. O Ceará (em 2020), o Espírito Santo (em 2017) e mesmo Minas Gerais (em 1997) são apenas alguns dos motins de policiais que deixaram vulneráveis a população de estados e até mesmo do país (em 2012). Esses e vários outros eventos tiveram resultados nefastos, com grave aumento da ocorrência de crimes violentos nas regiões onde ocorreram.

Saiba mais sobre o orçamento estadual:

**Portal da Transparência:
remuneração dos servidores**

<http://www.transparencia.mg.gov.br/estado-pessoal/remuneracao-dos-servidores>

No entanto, estudos sobre a dotação orçamentária mineira sugerem que os sucessivos governos em Minas Gerais, desde 2007, vêm aumentando os gastos em segurança pública no estado, dando prioridade a ações repressivas. O policiamento ostensivo, responsável pela manutenção da ordem pública, em 2019, teve um investimento de R\$ 10,49 bilhões em Minas Gerais. Paralelamente, nesse mesmo período, o investimento nas forças responsáveis pela investigação e apuração foi de R\$ 1,53 bilhões.

A falta de investimento e de condições adequadas para o trabalho das polícias gera danos para a sociedade como um todo, com todos os riscos decorrentes de uma baixa resolutividade dos crimes e aumento da impunidade. Também contribui para tornar o sistema judiciário menos eficaz.

Prazos exíguos, número reduzido de policiais dedicados à ação de inteligência, recursos limitados, formação pouco densa e com escassa perspectiva humanista são fatores apontados como desencadeadores do adoecimento físico e mental de policiais, desfalcando o efetivo por causa dos afastamentos e, nos casos mais graves, contribuindo para levar até mesmo ao aumento de suicídios.

Ainda que novas contratações tenham sido anunciadas em dezembro e se possa fazer um balanço positivo de 2019, tem sido tratado como evidente que os investimentos são escassos e aquém do necessário.

Toda a discussão do reajuste pôs em discussão, no entanto, um outro aspecto do problema. Coloca-se em questão a necessidade não apenas de gastar mais com segurança pública, mas a urgência de se reestruturar a política de segurança, revendo métodos e objetivos estratégicos. Tem sido destacado que esta não seria apenas uma questão técnica, mas contém um caráter eminentemente político.

Além disso, os estudos já mencionados anteriormente indicam haver comprometimento de uma crescente parcela do orçamento público com a segurança, maior do que é feito para a saúde ou a educação, sem que isso represente necessariamente uma melhoria no serviço de segurança prestado à sociedade.

Uma comparação tornou-se inevitável, nestes dias, entre profissionais da educação e profissionais da segurança pública. Ambas as categorias estavam reivindicando reajustes salariais. O governo optou

Saiba mais sobre o Histórico da dotação orçamentária mineira:

Título:

Segurança pública: muitas despesas; poucos investimentos: uma análise a partir do orçamento público de Minas Gerais no ano de 2011.

Disponível em:

<http://robsonsavio.blogspot.com/2012/04/seguranca-publica-muitas-despesas.html?m=1>

por atender apenas uma delas, ainda que se criassem com isso tantos conflitos, como tem sido analisado aqui.

De acordo com o *site* **Os Novos Inconfidentes**, mesmo com o reajuste reduzido a 13% (em vez dos 41,7% inicialmente acordados), o salário médio das forças de segurança passará a ser de R\$ 8.300. Com um piso salarial de R\$ 4.000, os militares têm, de acordo com o referido *site*, “os melhores salários pagos pelo governo”:

Cerca de 6,7 mil servidores compõem a elite do governo, por auferirem remunerações acima de 16 salários mínimos (levando em conta o salário básico de 2019, R\$ 998). Isso equivale a recebimentos acima de R\$ 15 mil. 57% dessa nata são policiais civis e militares. (**Os Novos Inconfidentes**, 26 fev. 2020).

O *site* prossegue descrevendo a situação dos profissionais da educação que recebem, aproximadamente, quatro vezes menos, com um salário médio de R\$ 2.200:

Já os servidores da educação, como os professores e auxiliares de escolas são os que mais ganham até um salário mínimo. Praticamente todos os 17 mil funcionários do governo que recebem até um salário mínimo são da educação. O piso pelo menos de parte da categoria, os professores, é o piso nacional da educação, R\$ 2,8 mil. No entanto, o Estado não paga o básico, alegando crise fiscal. A educação é o grupo mais numeroso de trabalhadores no governo. Apenas os ativos são 219 mil. (**Os Novos Inconfidentes**, 26 fev. 2020).

A situação pôs o governo Zema no dilema de escolher entre as categorias que reivindicavam legitimamente aumento salarial. Dentre os desenhos que se podem imaginar como saídas potenciais, tomou-se aquela decisão que amplificou os problemas do governo. Ao mesmo tempo, educação e saúde, ao invés de serem tratadas como políticas públicas, seguem sendo vistas como custos passíveis de cortes.

REESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO APÓS VETO AO REAJUSTE

Correligionários do partido do governador (Novo), deputados da base aliada e componentes do governo têm procurado justificar as escolhas feitas pelo governo ao recompor sua equipe depois que o secretário de governo Bilac Pinto (DEM) pediu exoneração, imediatamente após o anúncio de veto do governador ao reajuste negociado com as forças de segurança.

Igor Mascarenhas Eto deixa a Secretaria Geral para se tornar secretário de governo e passa a ser responsável pela articulação com a Assembleia Legislativa. Em menos de um ano, este será o terceiro a desempenhar essa função. Custódio de Mattos (PSDB), o primeiro a ocupar a pasta, já havia deixado o cargo em agosto de 2019. Para a Secretaria Geral, irá Mateus Simões (Novo), que deixará de ser

vereador na Capital. A Secretaria Geral desempenha o papel fundamental de promover a articulação interna no governo.

Essas mudanças foram recebidas com descrédito na imprensa: “improviso” e “aposta de risco” têm sido as palavras para caracterizar a decisão pela qual o governador entrega a tarefa de articulação política a figuras proeminentes de seu próprio partido. Isso ocorre num momento em que a atitude do Partido Novo – que estabelece um dualismo entre “velha política” e “nova política” – vem sendo lida entre seus aliados como sinal de arrogância e de hipocrisia. Uma análise publicada no *site* do jornal **O Tempo** (13 mar 2020) conclui: “o governador entrega a uma legenda avessa à política os rumos das ações de interesse do Estado”.

Outros *sites* de notícias seguiram raciocínio semelhante, destacando que, durante seu mandato de vereador, Mateus Simões se destacou por fazer duras críticas ao Legislativo, propondo, inclusive, a redução de um terço no número de vereadores e deputados.

Já a indicação de Igor Mascarenhas Eto foi recebida com ceticismo. Pôs-se em discussão se ele teria suficiente experiência acumulada para desempenhar a função, destacou-se seu perfil eminentemente técnico e o fato de que está assumindo a atribuição em que seus dois antecessores, bem mais experientes, não lograram êxito. Tem se dado destaque na imprensa à impossibilidade de construir acordos ao mesmo tempo em que se considera a negociação como prática da “velha política”.

Inversamente, entre os parlamentares parece predominar a ideia de que o partido a que pertence o articulador político do governo tem menor importância, desde que ele esteja pessoalmente empenhado em dialogar. Existe a preocupação com a possibilidade de que, na fase que ora se inicia, o governo queira partir do zero, desconsiderando negociações que já haviam sido feitas com o ex-secretário Bilac Pinto (DEM). Outro temor expresso por parlamentares é o de que a escolha de nomes de seu próprio partido indique a intenção de privilegiar essa legenda em detrimento das demais forças representadas no Legislativo.

Quem defende a indicação dos dois políticos, argumenta que existe uma identidade entre ambos e o próprio governador. Assim, supõe-se, é menor a possibilidade de que eles venham a ser desautorizados por Zema como teria ocorrido com os dois articuladores políticos que os precederam.

O único consenso que parece haver, tanto na imprensa como na Assembleia, é o de que apenas por sua atuação os novos articuladores poderão demonstrar-se capazes de contribuir para amainar a crise que o governo Zema criou. Em outras palavras, existe um compasso de espera para saber se os novos articuladores serão capazes de uma prática conciliadora que o momento exige.

Seja como for, o novo secretário de governo tem pela frente a tarefa de convencer os deputados estaduais a manterem o veto do governador a seu próprio projeto de lei (PL) que estabelecia o reajuste de

41,7% às forças de segurança. Também será responsável por construir com os parlamentares a aprovação para as duras medidas do Regime de Recuperação Fiscal. É consenso entre os analistas que se trata de uma missão bastante difícil, a se considerar que o veto do governador produziu descontentes em muitas frentes.

A capacidade de articulação do Executivo com a Assembleia Legislativa tem sido alvo de muitas críticas desde o início do mandato. Mesmo na base aliada há deputados que afirmam que o problema não seria a pessoa responsável pela articulação, mas sim o despreparo do próprio governador que, além de não possuir experiência política, tem demonstrado desprezo pelos políticos. Declarações publicadas na imprensa mostram que, até mesmo entre seus aliados mais importantes, há quem considere essa alegada “ausência de contato prévio com o mundo político”, uma das principais “deficiências” do governador.

Já no fechamento desta edição, foi noticiado que também o secretário de cultura, Marcelo Matte, pediu exoneração alegando motivos pessoais. Apesar da nota publicada em que o ex-secretário elenca várias ações da Secretaria sob sua condução, destaca também as condições em que exerceu a gestão: “orçamentos destroçados, instalações precárias, dívidas”. O setor cultural é um dos mais afetados pelo isolamento social de combate ao coronavírus. Antes disso, em função da crise econômica, já vinha enfrentando muitas perdas de investimento e cortes impostos pelas políticas governamentais.

Saiba mais:

Vice-líder de Zema aponta dificuldades com a ALMG na gestão de Bilac Pinto

Jornal **O Tempo**, 13 mar. 2020.

<https://www.otempo.com.br/politica/vice-lider-de-zema-aponta-dificuldades-com-a-almg-na-gestao-de-bilac-pinto-1.2310181>

SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE MINAS E O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA

Eulália Alvarenga

No momento em que escrevo este artigo o País vive sob a ameaça do coronavírus o que me leva a pensar no que poderia ter acontecido com os estados se não houvessem aderido a um programa externo que feriu de morte o federalismo brasileiro. Não por acaso, a origem da renegociação das dívidas dos estados com a União vem da imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), através de cartas de intenções assinadas na década de 1990.

A partir de 1997, a União aplicou um modelo de ajuste fiscal aos estados obrigando-os a privatizar o seu patrimônio em troca da “renegociação” de suas dívidas, além da assunção de dívidas dos bancos que seriam privatizados.

Os acordos da União com o FMI propiciaram a implementação das políticas neoliberais listadas no chamado “Consenso de Washington”. O FMI exigia privatizações de empresas estatais estratégicas e lucrativas, sob a justificativa de que as receitas da venda de tais empresas serviriam para o pagamento da dívida. Também exigia a redução de gastos com pessoal e previdência social, liberalização dos fluxos de capital, redução de tarifas de importação, contenção de salários, além da própria negociação da dívida externa com os bancos privados e o Clube de Paris, incluindo a tomada de empréstimos junto ao Banco Mundial para a implementação de mais medidas de ajuste estrutural.

O processo legal culminou com a edição da Lei 9.496/97 assinada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e seu Ministro Pedro Malan, que estabeleceu critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal, nos moldes do acordo e dos compromissos assumidos com o FMI.

O contrato de renegociação de Minas com a União foi assinado em 1998, no governo de Eduardo Azeredo (PSDB) no valor nominal de R\$ 14,52 bilhões. Destes, R\$ 10,18 bilhões corresponderam à assunção pela União, das Letras Financeiras do Tesouro Estadual (LFTE). As LFTE foram repassadas para a União pelo seu valor de face, o que representou claramente uma brutal transferência de recursos

públicos para o setor financeiro privado. Estudos comprovam que tais Letras eram negociadas com deságio no mercado – algo em torno de 30% do seu valor de face.

A negociação de 1998 envolveu também o refinanciamento da dívida referente ao saneamento de bancos no âmbito do Programa de Apoio, Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados (PROES), no valor de R\$ 4,34 bilhões, com a justificativa de promover o saneamento e a privatização dos bancos estaduais. Os bancos estaduais foram vendidos e o Estado assumiu os seus passivos.

Para as negociações dos valores acima, foram assinados dois contratos, comprometendo 13% da Receita Líquida Real do Estado de Minas Gerais, acrescidos de juros: de 7,5% ao ano para o contrato que englobou as LFTE e de 6% ao ano, para o contrato que promoveu o saneamento dos bancos (PROES). Em ambos, o índice para a correção inflacionária foi o IGP-DI.

Não se demonstrou a devida transparência acerca da natureza desses passivos transferidos e muito menos da transferência de patrimônio do Estado (CEASA e CASEMG) para a União.

O peso que essa dívida representa para o estado tem inviabilizado, desde sua assinatura, investimentos e atendimento às necessidades sociais, o que torna a terceira maior economia do país em uma sociedade das mais desiguais. Cabe salientar que o montante pago pelo estado, mensalmente, não foi suficiente para quitar juros e amortizar o principal, o que acabou gerando nova dívida.

Chegamos a pagar mais com os serviços da dívida com União do que com gastos nas áreas de segurança, educação e transporte. O gráfico abaixo, como exemplo, evidencia o que ocorreu:



Minas chegou ao absurdo de pagar à União – de janeiro de 1999 a dezembro de 2016 – uma remuneração sobre a dívida de 1.606%, enquanto a inflação medida pelo IPCA foi de 228%. Isso é uma variação entre a remuneração da dívida/variação IPCA de 1.378%. Como se pode verificar, trata-se de uma agiotagem explícita, o que nos leva a questionar se realmente o País é uma federação nos termos da nossa Constituição Federal.

Em 2015 foi aprovada em Minas Gerais a Lei nº 21.938, que autorizou o Estado a adequar sua dívida com a União. Os critérios de adequação foram aqueles aprovados pela Lei Complementar Federal nº 148/2014, com alteração dada pela Lei Complementar nº 151/2015 e regulamentados pelo Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015.

As dívidas foram repactuadas com a aplicação da Selic até o exercício de 2012 e, a partir de 2013, com correção pelo IPC-A acrescido de juros de 4% ao ano ou Selic (o que for menor). Mas mesmo assim o anatocismo (isto é, a cobrança de juros sobre juros), proibido pelo STF, continuou incidindo sobre a dívida. Essa nova adequação não resolveu o problema, pois mesmo com ela o Estado continuará pagando essa dívida por décadas.

A Lei Complementar 156/2016 alongou a dívida com a União por mais vinte anos, diluindo o pagamento do principal, e estabeleceu limites para o crescimento da despesa primária por dois exercícios financeiros, entre outros pontos. Em 2018 o Estado obteve liminar no Supremo Tribunal Federal para evitar bloqueios de recursos pela União no âmbito da renegociação de dívidas nos ditames da Lei Complementar nº 156.

Agora, o Governo Mineiro nos apresenta como única solução para equacionar a sustentabilidade financeira do Estado a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar Federal 159 de 19 de maio de 2017. São 21 as condicionantes para a adesão ao RRF. Nove delas são relativas à despesa com pessoal; uma é referente à privatização das empresas dos setores financeiros, de energia e de saneamento e *outros*. Chamamos atenção para a abrangência deste termo: “e *outros*”.

Para assinar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o Estado terá de desistir de eventuais ações judiciais que estejam em andamento, cujo objeto seja a dívida ou o contrato de 1998.

Com a adesão ao referido Regime, o pagamento da dívida com a União será suspenso por três anos, prorrogáveis por mais três. Observa-se que, haverá suspensão dos pagamentos da dívida e mais nada. Aos valores suspensos serão acrescidos os encargos, mensalmente, adicionados ao saldo devedor.

A soberania da administração financeira do Estado será afetada porque se criará um conselho de supervisão, ou seja, uma tríade interventora da União que atuará junto à Secretaria da Fazenda. O custeamento desse conselho, quase todo, será com recursos exclusivos de Minas Gerais e terá a função de monitorar o cumprimento do Plano de Recuperação Fiscal, além de determinar as correções de rumo que julgar necessárias. Ou seja, esse conselho vai governar sem ser eleito.

Com a assinatura do Regime de Recuperação Fiscal serão permitidos: novos financiamentos para o programa de demissão voluntária de pessoal (PDV); contratação de auditoria para o sistema de folha de pagamento; financiamento de leilões de pagamento de fornecedores; reestruturação de dívidas

junto ao sistema financeiro; modernização da administração fazendária; antecipação de receita de privatização de empresas e demais finalidades previstas no Plano de Recuperação. Observa-se que o financiamento para o desenvolvimento econômico, que geraria receita tributária e empregos, não entra no Regime.

Para a assinatura do Regime de Recuperação Fiscal o Executivo precisará da autorização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

É pública a grave situação financeira em que se encontra o Estado de Minas Gerais e a necessidade de equilibrar as suas contas, mas não se deve esquecer sobretudo, das necessidades da população. Precisamos que o governo de Minas lute pela revisão da Lei Kandir; reveja as renúncias fiscais, e realize um “diagnóstico” para focar no desenvolvimento do Estado com uma visão mais prática e adequada para o futuro.

Tais medidas implicam definir prioridades e o estabelecimento de metas, criando-se estratégias necessárias para alcançá-las. Tudo isso articulado, integrado e dentro da atual situação econômico-financeira do estado e do país.

O momento não é de reduzir o tamanho do Estado. Estamos em uma profunda crise e social. Precisamos de investimentos e não de mais cortes. Inclusive, em âmbito nacional, é preciso lutar pela revogação da Emenda Constitucional 96/2016, que instituiu o teto de gastos, destinando a prioridade, durante vinte anos, para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Que o país e o estado priorizem o atendimento básico da população!

Principalmente agora, diante da pandemia do coronavírus, a ação estatual tem de tornar mais urgente o atendimento da população, prioritariamente os mais necessitados. Os governos nacionais e subnacionais têm de atender o preâmbulo da Constituição do país:

[...] um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”. (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, preâmbulo.).

As condicionantes para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal pelos estados e pelo Distrito Federal são um ataque à soberania deles. Necessitamos de recompor a autonomia que a Constituição Federal confere aos entes subnacionais. Que sejamos uma verdadeira federação!

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp deverá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves - RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves